

Geografia econômica: vida insular¹

Economic geography: island life

Jamie Peck
University of British Columbia

Resumo

Trata-se de uma história alegórica da "vida insular" da geografia econômica e de alguns de seus possíveis futuros. Sugere-se que há muito a ganhar com o comércio intelectual recíproco com outros no arquipélago de estudos econômicos heterodoxos. No entanto, as trocas comerciais com a potência continental que é a economia ortodoxa apresentam problemas especiais - e aparentemente crescentes. Não se trata apenas do fato de que os termos de troca são assimétricos; a própria relação transacional está repleta de incompatibilidades epistemológicas e ontológicas. A postura de coabitação indiferente e distante, laissez faire et laissez passer, no entanto, talvez não seja mais uma opção para a geografia econômica. O interesse renovado e ativo entre a nova geração de "economistas geográficos" em alguns dos tesouros há muito enterrados na ilha da geografia econômica aumenta a ameaça, já experimentada anteriormente pela antropologia e sociologia, de colonização intelectual seletiva, senão de inundação. O desafio da geografia econômica, contra o universalismo cognitivo e as predisposições expansionistas da teoria ortodoxa, deve ser o de construir alianças mais fortes e significativas, na verdade, alianças recíprocas com a geografia econômica. Na realidade, alianças mais fortes e significativas, trocas recíprocas entre os anéis de kula dos estudos econômicos heterodoxos. As respostas analíticas, metodológicas e políticas criativas ao "mercado" garantem importância estratégica nesse sentido, em um projeto pluralista e interdisciplinar de economia comparada.

Palavras-chave: economia comparada, geografia econômica, economia heterodoxa, mercados, variação

Abstract

An allegorical tale of economic geography's 'island life', and some of its possible futures, is presented. There is much to be gained, it is suggested, from reciprocal intellectual trade with others in the archipelago of heterodox economic studies. Trading exchanges with the continental power that is orthodox economics, however, present special – and apparently growing – problems. It is not simply that the terms of trade are asymmetrical; the transactional relationship itself is beset with epistemological and ontological incompatibilities. The stance of largely indifferent, arm's length cohabitation, laissez faire et laissez passer, may no longer be an option for economic geography, however. The renewed and active interest among the new breed of 'geographical economists' in some of the long-buried treasures on economic geography's island raises the threat, previously experienced by anthropology and sociology, of selective intellectual colonization, if not inundation. Against the cognitive universalism and expansionist predispositions of orthodox theory, the challenge facing economic geography must be to build stronger and more meaningful alliances – indeed, reciprocal exchanges – across the kula rings of heterodox economic studies. Creative

¹ Traduzido por Daniel Sanfelici, do original: Peck, J. (2012). Economic geography: Island life. *Dialogues in Human Geography*, 2(2), 113-133. <https://doi.org/10.1177/2043820612443779>

analytical, methodological, and political responses to 'the market' warrant strategic significance in this regard, within a pluralist, interdisciplinary project of comparative economy.

Keywords: comparative economy, economic geography, heterodox economics, markets, variegation

Introdução

Iniciando com um relato alegórico da forma cultural e das práticas predominantes da geografia econômica, este artigo se propõe a explorar o potencial de abordagens mais propositais e heterodoxas, concebidas como projetos intelectuais positivos. Em um contexto no qual as relações com a economia ortodoxa (a vizinha expansiva e continental da relativamente pequena ilha da geografia econômica) parecem estar se tornando cada vez mais problemáticas, argumenta-se que ainda há um potencial a ser realizado no aprofundamento das relações com vertentes paralelas de estudos econômicos heterodoxos – um arquipélago intelectual do qual a geografia econômica desfruta de proximidade, mas de reciprocidade limitada. Enquanto isso, à medida que o olhar imperial da economia ortodoxa recai cada vez mais sobre a ilha da geografia econômica, a questão do relacionamento desse campo com o hegemon continental está sendo aberta mais uma vez. Entretanto, incompatibilidades fundamentais entre a geografia econômica e a economia ortodoxa – pluralismo teórico versus monismo teórico; cultural-institucionalismo versus centrismo de mercado; ecletismo metodológico versus individualismo metodológico; explicação contextualizada versus raciocínio parcimonioso; teorização aberta versus modelagem fechada; e assim por diante – parecem destinadas não apenas a limitar, mas a distorcer qualquer conversa assimétrica que possa surgir. Realisticamente, a absorção colonial é um resultado muito mais provável do que qualquer forma de 'conversão' por parte da economia ortodoxa.

Em vez de travar uma batalha de Davi contra Golias com a economia ortodoxa, uma estratégia menos fútil e mais construtiva seria imaginar os tipos de programas positivos que poderiam ser desenvolvidos, em uma base mais próxima, com várias tradições de estudos econômicos heterodoxos. Há (e de fato deveria haver) muitas maneiras de fazer isso, mas uma abordagem que pode ter algum potencial é o projeto polanyiano meio esquecido da economia comparativa.

Além das implicações metodológicas óbvias dessa abordagem, diferentes e substantivos problemas também podem surgir sob uma nova luz. Para esse fim, o artigo argumenta que objetos de análise que, de muitas maneiras, têm sido ocultos à vista de todos – mercados heterogêneos – podem fornecer um locus fértil para estudos intradisciplinares e interdisciplinares. O artigo é dividido em quatro seções. A primeira caracteriza brevemente a 'vida insular' da geografia econômica, em sua forma contemporânea e anglófona. A segunda foca no curioso status do mercado como um conceito analítico, que praticamente não é questionado e está no centro do universo monístico da economia. Uma terceira seção traz Polanyi de volta, embora não tanto em sua conhecida faceta como crítico do 'moinho satânico' do mercado, mas mais como defensor de uma forma criativa e aberta de economia comparativa. Finalmente, antes da breve conclusão do artigo, são consideradas as perspectivas para uma forma 'sem limites' de geografia econômica heterodoxa.

Culturas insulares e deriva continental

Em um período não muito distante, a divisão de trabalho entre economistas e geógrafos econômicos era tão acentuada que a vida dos dois campos era separada a ponto de se tornarem irrelevantes um ao outro, para não dizer incompreensíveis e indiferentes. Era como se um grande oceano os tivesse separado.

A ascensão, durante a década de 1980, da Nova Economia Clássica, do monetarismo e da ideologia paralela do fundamentalismo de mercado ocorreram ao mesmo tempo em que os geógrafos econômicos estavam se voltando abruptamente para uma direção oposta, metafórica e literalmente, em direção a várias formas de neomarxismo e estudos de "reestruturação", em que as bases foram gradualmente lançadas para uma ontologia subdisciplinar baseada em princípios axiomáticos como desenvolvimento espacial desigual, enraizamento [embeddedness] social e desequilíbrio provocado por crises. Ao mesmo tempo em que a economia da escola de Chicago garantiu um lugar nos corredores do poder, os geógrafos estavam se juntando à luta contra a desindustrialização e a desregulamentação (Lovering, 1989; Peck, 2002).

A jornada da geografia econômica pelos mares turbulentos, saindo da ciência regional em direção à economia política, foi realizada em um período de tempo notavelmente curto (com poucos olhando para trás), e logo uma nova base de operações foi estabelecida em uma ilha intelectual completamente diferente.

Em meio a isso, no coração continental da economia ortodoxa, um novo tipo de expansão territorial estava em andamento. A economia não só estava falando com o poder de maneiras historicamente distintas, como também estava começando a fazer reivindicações audaciosas de capacidade explicativa para uma ampla gama de fenômenos sociais, incluindo a formação da família e o comportamento criminoso (após Becker, 1976). Com isso, rompeu-se a fronteira disciplinar com a sociologia, fronteira essa que não havia sofrido grandes alterações desde a década de 1930. Curiosamente, essas incursões presunçosas desencadearam uma resposta mais do que defensiva por parte da sociologia, principalmente na forma de uma sociologia econômica ressurgente. Estimulada também pelo colapso das formas fordistas-modernistas de crescimento e distribuição econômica, que estava gerando novas incertezas e levantando questões urgentes, nasceu a nova sociologia econômica (Beckert, 2009).

Esse movimento contrário em direção ao território da economia tem sido altamente produtivo desde então, mas seu amadurecimento na "sociologia de redes" aparentemente foi acompanhado por um pacto implícito de coexistência pacífica com a ortodoxia imperial, em vez de contestação ativa (ver Fourcade, 2007; Peck, 2005).² Passadas três décadas após essas primeiras escaramuças nas fronteiras da economia e da sociologia, a vida insular da geografia econômica tem sido caracterizada por algumas formas notáveis de proliferação evolucionária, principalmente por meio de engajamentos produtivos com o feminismo, o institucionalismo e o pós-estruturalismo. A geografia econômica absorveu uma ampla variedade de influências heterodoxas, mas nenhuma de suas reviravoltas subsequentes – cultural, institucional, relacional, evolutiva – representou uma vitória paradigmática incontestável, eliminando todos os vestígios de compromissos e afiliações anteriores. O resultado tem sido um crescente pluralismo intelectual, e, em grande parte, um espírito de convivência amigável tem sido mantido no que ainda é uma comunidade intelectual relativamente pequena (Grabher, 2009; Scott, 2000; Sheppard, 2006). A cultura intelectual local é caracterizada por um pluralismo descentralizado, mas de certa forma delimitado, notável por sua caprichosidade e diversidade, mas também pelas diferenças duradouras com a monocultura continental da economia neoclássica: 'Ao contrário dos economistas, os

² Mais cedo, a antropologia havia se defendido de uma incursão semelhante, embora de forma mais frontal (veja Sahlins, 1976), depois que "os economistas [começaram] a examinar a literatura etnográfica da mesma forma que um exército invasor examina o terreno de uma região que pretende ocupar" (Lee e LiPuma, 2010).

geógrafos econômicos nunca se fixaram em uma metodologia canônica, conjunto de técnicas, lista de luminares venerados, problemáticas disciplinares ou definições definitivas' (Barnes e Sheppard, 2010: 200). Ao longo do caminho, algumas ideias foram absorvidas do projeto paralelo da nova sociologia econômica, mas o continente congelado da economia ortodoxa exerceu pouca influência. A geografia econômica, em grande parte, tem seguido seu próprio caminho, com suas formas sedimentadas de prática se assemelhando a um palimpsesto de influências predominantemente heterodoxas, acumuladas ao longo dessas três décadas.

É evidente que também houve mudanças nas áreas centrais da economia ortodoxa durante esse período, mas, além dos aprimoramentos técnicos, pouco se mexeu no paradigma disciplinar predominante do monismo de mercado, que continua a exibir uma fixidez quase glacial. Por mais de um século, a prática da economia - que dificilmente é homogênea, é claro - ainda assim girou em torno desse "centro implacável" (Barnes e Sheppard, 2010: 199). Ninguém menos do que Ronald Coase chegou a reclamar que os fundamentos da área permaneceram mortalmente "estáticos", de modo que uma oferta de Economia 101 do século XXI, segundo ele, poderia muito bem se contentar com a primeira edição de Samuelson's (1948), se não os Princípios de Marshall (1890), ou mesmo a Riqueza das Nações de Smith (1776). (Essas preocupações, juntamente com o aparente distanciamento da economia ortodoxa das preocupações e dos problemas do mundo real, já haviam dado origem a protestos estudantis na França e ao que se tornou o movimento econômico "pós- autista" e, mais tarde, "do mundo real".

Para Coase (2002: 5), ainda mais condenável foi o fato de os economistas não demonstrarem interesse significativo no "funcionamento do sistema econômico", sem mencionar suas complexas "inter-relações" com outras esferas, o que o levou a comparar a prática da economia ortodoxa à de um biólogo que tenta explicar "a circulação do sangue sem o corpo".

Depois de zombar gentilmente daqueles que tentavam explicar a economia da Internet com a ajuda de seu artigo da época da Depressão sobre a teoria da empresa (Coase, 1937), reiterou que os custos de transação não devem ser vistos como um sistema autônomo e de ação própria; na realidade, os custos de transação estão essencialmente embutidos nas relações jurídicas, políticas e, na verdade, culturais. A conclusão de Coase (2002: 6) foi que a economia não só precisava aprender a ser mais humilde e controlar suas

tendências imperialistas, como também deveria procurar ativamente reverter esses ímpetus, ao "contar com o apoio de advogados, sociólogos, antropólogos e outros" na busca por explicar como os sistemas econômicos funcionam.

Mesmo com esse alerta, pouco mudou na última década. De fato, as tendências colonizadoras da economia ortodoxa parecem ter continuado praticamente inalteradas. Até mesmo uma bandeira foi fincada na pequena ilha da geografia econômica, já que a economia convencional passou a se interessar cada vez mais pelo que é próprio da geografia econômica - aglomeração espacial, especialização regional, subdesenvolvimento. A ascensão constante dessa nova geografia econômica (também conhecida como 'nova geografia econômica'), que rapidamente está adquirindo as características de um esforço subdisciplinar sustentado, com seus próprios centros de autoridade (veja Tabela 1), encontrou seu selo de legitimidade final na concessão do Prêmio Nobel de 2008 a Paul Krugman, um de seus principais arquitetos. Isto foi seguido por uma notável 'virada espacial' por parte do Banco Mundial, na forma do Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2009, que prometia nada menos do que o Reordenamento da Geografia Econômica

Carta aberta dos alunos de economia aos professores e outros responsáveis pelo ensino dessa disciplina, conforme o subtítulo do documento. Geógrafos econômicos 'propriamente ditos', por sua vez, reclamaram de várias formas sobre o velho vinho sendo servido nessas novas garrafas de Washington, DC, uma safra pela qual a maioria, na ilha, já havia perdido o gosto na década de 1970; sobre a estreiteza do olhar da economia ortodoxa e sua racionalidade teimosamente associal; e, em termos que variam do fundamentado ao petulante, sobre a descarada insolência implícita neste mais recente episódio de imperialismo intelectual (Martin, 1999; Peck e Sheppard, 2010). Para piorar a situação, a marca de economia geográfica monista do Banco Mundial parecia mais uma repetição da geografia econômica do que seu reordenamento, e o fazia de uma maneira claramente projetada para consolidar padrões de desenvolvimento orientados pelo mercado, lógicas de diagnóstico/análise e modos de intervenção (Harvey, 2009b; Scott, 2009), enquanto efetivamente menosprezava tanto as alternativas radicais quanto as reformistas. O que a antropologia (econômica) experimentou na década de 1970 e a sociologia (econômica) experimentou na década de 1980 parece agora ter se tornado uma realidade também para a geografia econômica. Tendo evoluído anteriormente de forma bastante natural (apesar de todos os empréstimos de outros lugares), na maioria das vezes ocupada com seus próprios

assuntos e fazendo suas próprias coisas, a cultura da ilha foi repentinamente confrontada com pressões externas, não convidadas – possivelmente pela primeira vez na memória viva:

Nós, estudantes de economia do mundo, declaramos estar geralmente insatisfeitos com o ensino que recebemos, pelos seguintes motivos:

Queremos fugir de mundos imaginários!

A maioria de nós optou por estudar economia para adquirir uma compreensão profunda dos fenômenos econômicos com os quais os cidadãos de hoje se deparam. Mas o ensino oferecido, em sua maior parte, a teoria neoclássica ou as abordagens derivadas dela, geralmente não atende a essa expectativa. De fato, mesmo quando a teoria se desprende legitimamente das contingências em primeira instância, ela raramente realiza o retorno necessário aos fatos. O lado empírico (fatos históricos, funcionamento das instituições, estudo dos comportamentos e estratégias dos agentes...) é quase inexistente. Além disso, essa lacuna no ensino, esse descaso com as realidades concretas, representa um enorme problema para aqueles que gostariam de se tornar úteis aos atores econômicos e sociais.

Somos contra o uso descontrolado da matemática !

O uso instrumental da matemática parece necessário. Mas recorrer à formalização matemática quando ela não é um instrumento, mas sim um fim em si mesmo, leva a uma verdadeira esquizofrenia em relação ao mundo real. A formalização facilita a construção de exercícios e a manipulação de modelos cujo significado se limita a encontrar "o bom resultado" (ou seja, o resultado lógico decorrente das hipóteses iniciais) para poder escrever "um bom trabalho". Esse costume, sob o pretexto de ser científico, facilita a avaliação e a seleção, mas nunca responde à pergunta que estamos fazendo em relação aos debates econômicos contemporâneos.

Somos a favor de um pluralismo de abordagens em economia!

Com muita frequência, as aulas não deixam espaço para reflexão. De todas as abordagens existentes para as questões econômicas, geralmente apenas uma nos é apresentada. Supõe-se que essa abordagem explique tudo por meio de um processo puramente normativo, como se essa fosse a verdade econômica. Não aceitamos esse dogmatismo. Queremos um pluralismo de abordagens, adaptado à complexidade dos objetos e à incerteza que cerca a maioria das grandes questões econômicas (desemprego,

desigualdades, o lugar dos mercados financeiros, as vantagens e desvantagens do livre comércio, globalização, desenvolvimento econômico etc.

Aviso aos professores: acordem antes que seja tarde demais!

Sabemos que nossos professores estão sujeitos a algumas restrições. No entanto, apelamos a todos aqueles que entendem nossas reivindicações e que desejam mudanças. Se uma reforma séria não ocorrer rapidamente, o risco é grande de que os estudantes de economia, cujo número já está diminuindo, abandonem em massa a área, não porque perderam o interesse, mas porque foram afastados das realidades e dos debates do mundo contemporâneo

Não queremos mais que essa ciência automática nos seja imposta.

Não pedimos o impossível, mas apenas que o bom senso prevaleça. Esperamos, portanto, ser ouvidos muito em breve.

Tabela 1. Melhores programas, por classificação, da nova "geografia econômica" no velho continente

1	Departamento de Economia, Universidade de Chicago, Chicago, EUA
2	London School of Economics (LSE), Londres, Reino Unido
3	Departamento de Economia, Universidade de Harvard, Cambridge, EUA
4	Faculdade de Economia, Universidade de Cambridge, Cambridge, Reino Unido
5	Faculteit der Economische Wetenschappen en Bedrijfskunde, Vrije Universiteit, Amsterdã, PAÍSES BAIXOS
1/4 6	Afdeling Ruimtelijke Economie, Faculteit der Economische Wetenschappen en Bedrijfskunde, Vrije Universiteit, Amsterdã, PAÍSES BAIXOS
1/4 6	Departamento de Economia, Universidade de Oxford, Oxford, Reino Unido
1/4 7	Departamento de Economia, London School of Economics (LSE), Londres, Reino Unido
1/4 7	ECORE, Louvain-la-Neuve/Bruxelles, BÉLGICA
8	Wirtschaftswissenschaftliche Fakultät, Universität Zürich, Zürich, SWITZERLAND
1/4 9	Center for Operations Research and Econometrics (CORE), Ecore, Louvain-la-Neuve, BÉLGICA
1/4 9	Institut für Empirische Wirtschaftsforschung (IEW), Wirtschaftswissenschaftliche Fakultät, Universität Zürich, Zürich, SUÍÇA
1/4 9	Departamento de Economia, Brown University, Providence, EUA
10	Departamento de Economia, University of California-Berkeley, Berkeley, EUA
11	Departamento de Economia, University of Toronto, Toronto, CANADÁ
12	Departamento de Economia, Princeton University, Princeton, EUA
13	Departamento de Economia, University of California-Irvine, Irvine, EUA
14	Departamento de Economia, University of Southern California, Los Angeles, EUA
15	Wharton School of Business, University of Pennsylvania, Filadélfia, EUA
16	Kennedy School of Government, Universidade de Harvard, Cambridge, EUA
1/4 17	Centre for Economic Performance (CEP), London School of Economics (LSE), Londres, Reino Unido
1/4 17	Rotman School of Management, University of Toronto, Toronto, CANADÁ
18	Institut für Volkswirtschaftslehre, Leuphana Universität Lüneburg, Lüneburg, ALEMANHA
19	Departamento de Economia, Washington University, St Louis, EUA
20	Cambridge Finance, University of Cambridge, Cambridge, Reino Unido
21	Departamento de Economia, Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), Cambridge, EUA
22	Institutet för Näringslivsforskning (IFN), Estocolmo, SUÉCIA
23	WU Wirtschaftsuniversität Wien, Viena, ÁUSTRIA
1/4 24	School of Economics and Finance, Faculty of Business, Queensland University of Technology, Brisbane, AUSTRÁLIA
1/4 24	Faculdade de Negócios, Universidade de Tecnologia de Queensland, Brisbane, AUSTRÁLIA
25	Grupo do Banco Mundial, Washington, EUA

Fonte: RePEc (Research Papers in Economics): <http://ideas.repec.org/top/top.geo.html>

Mercados em todos os lugares?

Nada disso deveria ter sido uma grande surpresa. Afinal, a economia tradicional é um projeto de economia expansionista. Ela defende reivindicações de conhecimento que são universais e unificadoras, e não parciais ou polivalentes; sua tecnologia intelectual é projetada para ultrapassar (se não achatar) fronteiras, territoriais e disciplinares. Com a ajuda de um raciocínio rigorosamente dedutivo e de modelos rigidamente especificados, a economia tradicional aspira a "hipóteses universalmente aplicáveis (...) que transcendem as

variações institucionais, sistemáticas e históricas" (Wilbur e Jameson, 1983: 32). O extenso continente do imaginário econômico ortodoxo permanece nesse sentido, praticamente sem características, mas continua a se expandir, mesmo assim. As fronteiras são reconhecidas a contragosto, geralmente apenas como impedimentos ao livre fluxo das forças de mercado; influências contextuais são descartadas como pouco mais do que ruído ou 'interferência'; variações espaciais são reduzidas a meras fricções no caminho para o equilíbrio geral. O problema aqui é mais profundo do que uma simples falta de humildade, como Coase escolheu retratar; trata-se de uma visão intelectual monocromática que (literalmente) não conhece limites.

Mesmo na nova geografia econômica, que à primeira vista leva o espaço mais a sério, as economias regionalizadas são despojadas de seu caráter socioespacial constitutivo e de sua especificidade histórica conjuntural, sendo retratadas como configurações moldadas competitivamente, se não como meras estações de passagem em uma ascensão rostoviana. Aqui, processos econômicos (ou de mercado) universais são vistos como geradores de resultados geograficamente diferenciados, mas esses resultados geralmente são diferenciados apenas por estágio ou grau, não por tipo ou forma qualitativa; em outras palavras, não possuem espacialidades constitutivas por si só. Dentro desse quadro, 'economias locais' não passam de variações sobre um tema universal muito familiar; não são caracterizadas por capacidades, lógicas, propriedades causais, tendências, hibridizações, interseccionalidades ou até mesmo contingências significativas definidas localmente (ou 'enraizadas'). As regiões continuam a ser pouco mais do que contêineres para processos de mercado generalizados – senão universais; elas desempenham papéis secundários na grande narrativa do equilíbrio geral como teleologia de mercado. No nível micro, o individualismo metodológico continua a predominar. Os motivos subjacentes ao comportamento econômico são atribuídos a universais utilitários naturalizados; eles não variam de forma significativa de um lugar para outro. Homo economicus não apenas tem uma psicologia desagradavelmente hedonista e uma vida social atrofiada, como também não é permitido que se comporte de maneiras diferentes em diferentes lugares (ou tempos). Ele é o Senhor Universal.

Como fonte da racionalidade instrumentalista, o conceito transcendente de mercado está no centro dessa visão de mundo (plana e achatadora). Curiosamente, no entanto, mesmo enquanto as potentes metáforas das forças e motivações do mercado

trabalham para assegurar o poder paradigmático da economia ortodoxa como um 'discurso forte' (Bourdieu, 1999; Fourcade, 2009; Harvey, 2009a), o próprio mercado permanece, quase nu, como um dos conceitos mais inexplicavelmente negligenciados na economia ortodoxa. Como o Sr. Micro da escola de Chicago, George Stigler (1982: 309), certa vez observou: 'a determinação do mercado permaneceu uma área subdesenvolvida da pesquisa econômica, tanto no nível teórico quanto empírico'. Nada disso, no entanto, perturba a suposição de mercados na economia ortodoxa. Assim, como Oliver Williamson (1975: 20) colocou de forma (in)famosa: 'No princípio, havia mercados...'"

É como se, sendo objeto de tal deferência, o mercado devesse ser colocado fora de alcance, além de qualquer questionamento. Os praticantes da ciência econômica escolhem desviar o olhar: preocupados com a modelagem da química sanguínea, de volta ao laboratório, poucos parecem se atrever a dar uma olhada no corpo. O mercado, como a principal arena da 'lei' econômica, é assim preservado em uma forma quase mítica, como um sistema de crença praticamente indiscutível, definido em termos idealizados. Ele se mantém como a suposição mais presunçosa da economia ortodoxa. As teorias econômicas racionalmente abstratas 'assumem uma economia de mercado e um comportamento racionalizador ou de economização por parte dos atores dessa economia [mesmo que] essas suposições fundamentais tendam a ser tomadas como garantidas, não mais questionadas, não mais vistas como apenas uma entre diferentes alternativas de comportamento', contestou Bernard Barber (1993: 218). 'Sempre é assim com as suposições fundamentais dos paradigmas científicos altamente bem-sucedidos e estabelecidos.'

A força dos mercados, nesse sentido, não se origina simplesmente das 'pressões competitivas' materialmente realizadas, mas também deriva em grande parte da estrutura cognitiva herdada da teoria do mercado (livre), sua autorreferencialidade e sua lógica abrangente e ilimitada. Encontros chocantes com 'realidades' contrárias nem parecem fazer muita diferença, tal é o domínio autista do sistema de crenças ortodoxo (cf. Alcorn e Solarz, 2006; Mohn, 2010). Convenientemente, no entanto, a noção de uma economia que se auto-regula, impulsionada por fatores externos, também é algo em que muitos outros querem acreditar – especialmente as elites políticas. Afinal, mesmo nas perturbações sísmicas da mais recente crise econômica global, a ortodoxia de mercado e a expertise de mercado foram questionadas apenas de forma passageira em círculos tradicionais – apesar de sua evidente culpa (Lee e LiPuma, 2010). Ainda mais desanimador, esse vácuo ideacional/ideológico

temporário não foi preenchido por uma alternativa convincente (ou uma diversidade de alternativas). Na verdade, a Grande Recessão foi um prelúdio para a surpreendentemente rápida reafirmação da disciplina de mercado e de racionalidades competitivas ainda mais austeras (ver Fine, 2010; Mirowski, 2010; Peck et al., 2010). A ortodoxia de mercado pode ter sido (temporariamente?) desacreditada, mas ainda permanece como a ortodoxia. Enquanto isso, de volta à ilha da geografia econômica, há uma sensação crescente de que as marés podem estar mudando - talvez até subindo. A maioria das pessoas tem notado que a "nova geografia econômica" (uma designação imperial, se é que já existiu uma) está no horizonte. O clima de mudança parece estar no ar, para evocar uma metáfora marshalliana. É verdade que a ilha não está exatamente inundada de conceitos, formulações e métodos ortodoxos, mas, em meio à cultura há muito estabelecida do pluralismo limitado, há uma sensação notória de mudanças nas correntes: alguns residentes de longa data da ilha nadaram para águas mais tradicionais (apesar de serem frias), e outros caminharam para o terreno mais elevado da economia alternativa; alguns Canutos³ conseguem ser ouvidos gritando para as ondas. Os insulares sempre pareceram gostar de suas "viradas", pelo menos quando foram iniciadas internamente, mas o cheiro de uma tomada intelectual no projeto da nova geografia econômica tem sido palpavelmente mais perturbador.

Na verdade, já faz muito tempo desde que os habitantes da ilha da geografia econômica foram vistos cantando ao redor da mesma fogueira. Embora tenha havido alguns fios de unidade epistemológica e preocupação mútua no 'projeto da geografia econômica', esse tem sido um empreendimento descentralizado de maneira rude (e na maior parte produtiva), pelo menos desde o momento das 'novas geografias econômicas' em meados da década de 1990 (Barnes e Sheppard, 2010; Lee e Wills, 1997; Sheppard, 2006). Muitos dos projetos que animaram o campo (ecologia política, estudos de inovação, governança, redes de produção, geografia do trabalho, etc.) foram 'celulares' em sua forma: intensamente conectados internamente e frequentemente ligados a (diferentes) constituintes externos, mas apenas de forma frouxa integrados entre si (Foster et al., 2007). Uma etnografia moderna da

³ N/T: autor estabelece uma metáfora com a lenda sobre o rei Canuto II, poderoso monarca dinamarquês que, no apogeu de seu reinado, ao pedir que seu trono fosse colocado na praia e, ao começar a subir a maré, ordenou ao oceano que não penetrasse em seus domínios. Mas a maré continuava a subir, como de costume, sem qualquer reverência por sua realeza. As águas já cobriam suas canelas, quando o rei se afastou, dizendo: Que todos saibam que o poder dos reis é vão e inútil, que não existe ninguém digno do nome de rei, a não ser aquele a quem o céu, a terra e o mar obedecem por leis eterna.

vida na ilha revelaria uma série de (geralmente prósperas) microcomunidades, em sua maioria localizadas ao redor da costa. Entre elas, houve algum grau de comércio inter-regional, mas a maioria das transações mais consequentes tem ocorrido através do mar, com ilhas vizinhas no arquipélago heterodoxo, como o institucionalismo e a economia evolucionária.

Talvez inevitavelmente, essas tendências centrífugas também foram associadas a certo grau de distanciamento e dissipação, levando a apelos por um (re)enfoque em formas de pluralismo mais engajadas e conscientes, em toda a ilha, juntamente com esforços de construção de comunidade intelectual de vários tipos (Barnes e Sheppard, 2010). Cresce a preocupação de que, à medida que a geografia econômica se torna um projeto mais poliglota, as formas vernáculas do idioma da ilha possam estar desaparecendo.

Neste contexto, alguns argumentam que já é (mais do que) hora de a geografia econômica se tornar mais fluente na linguagem do poder, como falada no continente da economia ortodoxa. Ser bilíngue, sem dúvida, é sempre uma virtude, e talvez isso se aplique também à língua paterna ortodoxa. No entanto, embora haja um potencial considerável no desenvolvimento de maiores pontos de convergência explícitos com várias comunidades de estudos econômicos heterodoxos, com possibilidade de ganhos mútuos (Grabher, 2006, 2009; MacKinnon et al., 2009; Peck, 2005; Peck e Theodore, 2007), a formação inflexível e hegemônica que é a economia ortodoxa certamente constitui um caso especial e, em muitos aspectos, problemático (cf. Sheppard, 2011).

Isso não pode ser simplesmente atribuído à escala continental e prepotente da profissão de economista ou aos seus alinhamentos únicos com as principais fontes de poder financeiro, corporativo e estatal – embora ambos pareçam continuar a moldar termos de troca altamente desiguais com a geografia econômica. O temperamento um tanto contrarianista da geografia econômica certamente também atrapalharia nesse sentido. Diante da mudança geracional aparente da geografia econômica em direção a abordagens mais qualitativas, pode haver barreiras linguísticas e falhas de comunicação também. É verdade que a economia ortodoxa prefere se comunicar na linguagem dos números (facilitada pela teorização parcimoniosa, *ceteris paribus*), e que alguns fenômenos socioeconômicos (como socialização, confiança ou regulação) são difíceis de quantificar. Mas a quantificação em si não é o problema aqui: técnicas quantitativas podem (e devem) ser usadas para muitos fins, incluindo aqueles heterodoxos e radicais (Plummer e Sheppard, 2001; Wyly, 2009). Não se

pode permitir que morram por desuso entre as várias comunidades da ilha; um monopólio metodológico qualitativo não seria menos problemático do que um quantitativo.

O problema mais profundo reside em outro lugar. Mais fundamentalmente, a linguagem da economia reflete uma cultura-tecnologia intelectual que não apenas é diferente daquela encontrada nos vários projetos da geografia econômica, mas ameaça marginalizar, apagar ou obliterar os próprios fundamentos desses projetos. Existe uma desconexão profunda entre as predisposições ontológicas e as orientações epistemológicas da geografia econômica e da economia ortodoxa. O artigo irônico de Paul Krugman (2010) sobre a extensão da teoria ortodoxa do comércio para a escala intergaláctica, esboçado pela primeira vez no final da década de 1970, quando ele era um 'professor assistente oprimido', pode conter ao menos uma verdade subjacente: a de que a missão da economia tradicional é, em última análise, conquistar o espaço por meio da aplicação de tecnologias transcendentais. O setor pode, de fato, ser a Fronteira Final, mas não é o espaço como os geógrafos econômicos o conhecem.

No fundo, trata-se de um problema de racionalidades mutuamente conflitantes: em um universo de atores racionais, governado pela lógica singular da economia neoclássica e pela imagem do mercado trans-histórico e isotrópico, os geógrafos econômicos – se conseguirem se manifestar – tendem a ser retratados como vendedores de insights idiossincráticos e curiosidades contextuais. (Para pegar emprestada uma frase, 'há a Economia; o resto é colecionar selos'). Não há espaço para uma diferença econômica significativa aqui; nem tempo para imaginar caminhos alternativos. O engajamento só pode ocorrer nos termos (e na linguagem) da própria ortodoxia. Mas engajar-se dessa maneira é correr o risco de sacrificar os ricos terrenos intelectuais da socioespacialidade pelo registro decididamente plano de distância e concentração. Mapear pequenas exceções à regra do mercado, ou desenvolver componentes espacialmente nominais para o modelo esmagador da teoria do equilíbrio geral, são exercícios inerentemente limitadores. E quanto mais se avança no espaço profundo neoclássico, até mesmo as forças gravitacionais (e os modelos gravitacionais) perdem seu poder de atração.

Se o olhar muito mais real da geografia econômica, em contraste, estiver exclusivamente fixado nas formas espacialmente variegadas da prática/processo econômico, como sugeriu Gordon Clark (1998); se isso implicar que as economias "locais" apresentem diferenças significativas de tipo, em vez de apenas de grau, e se suas características

estritamente "econômicas" forem, na verdade, constituídas e baseadas em uma série de condições nominalmente extraeconômicas; se o desenvolvimento persistentemente desigual é uma característica integral, e não incidental, do crescimento capitalista; e se as economias locais estão interconectadas, produzindo formas de desenvolvimento codependentes e cogerativas, então certamente se segue que os fundamentos ontológicos e epistemológicos dos tipos de geografia econômica que têm sido praticados na ilha ultimamente permanecem ortogonalmente (se não antagonicamente) posicionados em relação aos da economia ortodoxa. Para o empreendimento 'enraizado' e diacrônico da geografia econômica, que tipicamente teoriza de forma aberta e externa a partir do ponto de vista das relações e formações econômicas realmente existentes, a história significa mais do que a simples passagem do tempo, enquanto a geografia claramente representa muito mais do que o atrito da distância. Segue-se que o objeto analítico da economia qualitativamente heterogênea, variada relacionamente e desenvolvida de forma desigual significa, ao mesmo tempo, um compromisso definidor para a geografia econômica, mas uma anátema para a economia ortodoxa⁴.

Isso não deve ser tomado como uma licença para uma postura disciplinar permanente de intransigência, pontuada por ocasionais polêmicas contra os defensores da razão de mercado (embora o silêncio sobre esse ponto também tenha suas consequências). Mais construtivamente, levanta-se a questão de como a promessa e o potencial da geografia econômica, como uma forma enérgica de prática heterodoxa, podem ser realizados na forma de programas positivos. É da própria natureza de tais projetos, é claro, que eles sejam plurais em um sentido muito mais do que trivial. A heterodoxia requer polifonia. Mas, no contexto do contínuo pluralismo intelectual, pode-se argumentar que há pelo menos um objeto de análise/crítica que requer atenção especial (se não estratégica). Não por coincidência, este é o objeto mais sagrado para a economia ortodoxa – o mercado. Os geógrafos econômicos também não precisam desviar o olhar; oportunidades significativas se apresentam, se os

⁴ Falo aqui, é claro, das tendências centrais (ou subjacentes) da economia ortodoxa, não de todos os aspectos de sua prática moderadamente variada. O fato de haver alguma heterogeneidade nessa prática é incontestável. Pode até estar aumentando gradativamente. No entanto, os modos menos conformistas de análise econômica que violam suposições fundamentais, como comportamento racional, maximização da utilidade ou equilíbrio geral, ou que ousam empregar métodos não canônicos, flertam sempre com a auto marginalização de bastiões disciplinares como *American Economic Review*, *Econometrica* e *Journal of Political Economy*, ou dos programas de pós-graduação melhor classificados dos Estados Unidos. Casos em questão: economia evolucionária, história econômica, economia institucional, teoria da regulamentação, economia do desenvolvimento.

mercados – em todas as suas formas híbridas, variadas e heterogêneas – forem seriamente problematizados como objetos de estudo.

Ainda assim, curiosamente, as explorações de diversos mercados em cenários do mundo real ainda são incipientes na geografia econômica (ver Barnes, 2008; Berndt e Boeckler, 2009, 2012; Smith et al., 2006). Certamente há trabalho a ser feito pela geografia econômica, e essa também pode ser outra maneira de enriquecer o diálogo com outras comunidades no campo dos estudos econômicos contrários. Embora os mapas conceituais e metodológicos para esse projeto ainda não tenham sido visualizados, há muitas fontes de inspiração na literatura da economia heterodoxa (Aspers, 2011; Boltanski e The'venot, 2006; Callon et al., 2007; Carrier, 1997; Ebner e Beck, 2008; Fligstein, 2002; Zelizer, 2011). Inevitavelmente, o legado de Polanyi paira sobre grande parte desse trabalho. Sobretudo devido ao seu status póstumo na sociologia econômica, a figura talismânica de Karl Polanyi também tem sido uma presença recorrente na geografia econômica ultimamente. A figura de Polanyi é, de fato, um ponto de partida, embora não necessariamente pelos motivos convencionais. Esta pode ser uma ocasião não tanto para se envolver com Polanyi, o crítico das utopias do livre mercado, uma figura já conhecida, mas para ressuscitar Polanyi, o economista comparativo.

Impulsionando Polanyi

Polanyi sabia uma ou duas coisas sobre vida insular. O trabalho clássico de Malinowski sobre as Ilhas Trobriand, especialmente a análise das redes de reciprocidade kula, foi um toque fundamental para sua teorização. A economia kula foi lida como um "complexo sistema de tempo-espaco-pessoa", na verdade, uma "estupenda conquista organizacional", que Polanyi consideraria como símbolo de um (de vários) modos alternativos de organização econômica para o padrão de mercado⁵. E não menos importante, especialmente em sua formação política, foram os anos de formação passados como residente na ilha metafórica que era a Viena Vermelha⁶. Forçado a fugir para a Inglaterra

⁵ Para Polanyi, a economia recíproca do kula, como classicamente praticada nas Ilhas Trobriand, representava uma forma de comércio, mesmo que "não houvesse lucro envolvido. seja em dinheiro ou em espécie; nenhum bem é acumulado ou mesmo possuído permanentemente; os bens recebidos são usufruídos ao serem doados; não há negociação, nem pechincha, nem caminhão, permuta ou troca; e todos os procedimentos são inteiramente regulados por etiqueta e magia" (Polanyi, 2001 [1944]: 52-53)

⁶ O projeto socialista municipal da Viena Vermelha representou uma tentativa inspiradora de "transcender completamente a economia [de mercado]", se bem que tenha sido realizado em escala municipal e no ambiente implacavelmente hostil de um "ambiente puramente capitalista" (Polanyi, 2001 [1944]: 298)

em 1933, foi a condição relativa e fragilizada das classes trabalhadoras que encontrou e que convenceria Polanyi do significado histórico do experimento vienense no socialismo municipal – influenciando a visão histórica comparativa que ele posteriormente articularia em *A Grande Transformação* (Block, 2003; Dale, 2010; Mendell, 1994; Peck, 2010; Polanyi, 2001 [1944]). Sua visão de mundo, de fato, seria moldada pela ruptura e deslocamento, e por uma série de leituras situadas das consequências históricas do fundamentalismo de mercado (na sua variante das Ilhas Britânicas e colonial). O que ele deixou para trás estava longe de ser um corpus intelectual homogêneo, mas seu legado, influente ainda que de forma tardia, inclui os contornos de uma maneira alternativa de pensar a economia.

Polanyi distinguiu três modos distintos de integração de mercado – reciprocidade, redistribuição e troca de mercado –, sendo que os dois primeiros eram vistos como definitivamente incorporados às relações sociais, como sistemas de parentesco ou administração estatal, enquanto o terceiro era representado (de forma um tanto inconsistente) como o princípio organizacional primordial da "sociedade de mercado", em sua maior parte analisado historicamente, para não dizer de forma um tanto polêmica⁷. Apesar de ter legado às ciências sociais o conceito provocativo (mas um tanto obscuro) de "enraizamento" (embeddedness), Polanyi ironicamente não conseguiu levar seus argumentos sobre as economias como "processos instituídos" à sua conclusão lógica (e possivelmente mais radical) – que os mercados também são sistemas inescapavelmente enraizados (Krippner, 2001; Lie, 1991; Steiner, 2009). Talvez a razão para isso fosse que, embora profundamente ciente das consequências políticas e intelectuais do "mentalidade de mercado", ele estivesse convencido de que o destrutivo experimento do *laissez-faire* do Século das Máquinas (1850–1950) nunca seria repetido. (O relato das patologias da oxímora "sociedade de mercado" em *A Grande Transformação* também implicava fortemente nisso.) Materialmente, tudo o que parecia restar, ao final da Segunda Guerra Mundial, era o "tecido desvanecido do capitalismo competitivo", enquanto o padrão de organização de mercado também parecia estar "em declínio" (Polanyi, 1968 [1947]: 59–69). A história aparentava

⁷ Essas não eram, como Dalton (1968: 153, nota 3) aponta, "designações para economias ou sistemas econômicos inteiros", mas modos de transação. Deve-se notar também que Polanyi (2001 [1944]: 43) às vezes incluía o "agregado familiar" como uma quarta dimensão da integração econômica, definida como "produção para uso próprio". Porém, havia inconsistências no status conceitual e metodológico dessas formulações na obra de Polanyi (Dale, 2010: 114-123)

estar do lado de uma economia mais organizada, regionalizada e planejada, e certamente não de alguma nova universalização do capitalismo de livre mercado (Polanyi, 1945; cf. Lacher, 2007). Realizar o potencial desse momento, no entanto, significaria, de uma vez por todas, livrar-se dos laços mentais do "preconceito economicista" e nunca mais permitir que "o mercado triture o tecido humano na uniformidade descaracterizada da erosão selênica"; somente então a "imaginação social" poderia ser verdadeiramente liberada (Polanyi, 1968 [1947]: 75, 71-72).

Certamente, Polanyi pode ser perdoado ter subestimado a capacidade da humanidade de repetir os erros do passado. Sua crítica à versão original do fundamentalismo de mercado do século XIX – vividamente retratada como um moinho satânico -- teria de ser reabilitada por uma nova geração de estudiosos na era do neoliberalismo. Mas, mesmo que a própria crítica de Polanyi à troca de mercado tenha sido teoricamente abafada e historicamente colocada entre parênteses, ainda há potencial não realizado no sugestivo arcabouço analítico que ele deixou, apesar de todas as suas ambiguidades e inconsistências (Beckert, 2009; Burawoy, 2003). Dito isto, tanto o projeto de Polanyi quanto a sociologia neopolanyiana permanecem radicalmente incompletos no que diz respeito ao tratamento do próprio mercado. O conceito de mercado "desenraizado", que permaneceu de forma bastante perturbadora como um "tipo ideal exagerado" no trabalho inacabado *A Grande Transformação* (Hann e Hart, 2009: 9), ainda não foi totalmente desconstruído pela nova geração de sociólogos econômicos (ver Krippner, 2001). Na maioria das vezes, os outros "mais sociais" do mercado aparecem como alternativas desordenadas e subordinadas à racionalidade imaculada da esfera competitiva, contra a qual são contrastados de forma desigual de acordo segundo um único eixo. Ainda assim, a promessa contínua do projeto polanyiano reside na noção sedutora da economia enraizada, sempre e em toda parte (Barber, 1995; Block, 2003; Peck, 2005). "Isso porque a acumulação sempre e em toda parte depende de um equilíbrio precário entre as relações mercantis e outras formas de organização social [uma forma de codependência que] gera um processo complexo, conflituoso e contraditório que envolve mudanças recorrentes no peso relativo da mercantilização, da desmercantilização e remercantilização" (Jessop, 2008: 334).

Um ponto de partida deve ser abandonar a ideia equivocada de que algumas economias são mais livres (ou menos socialmente enraizadas) do que outras, ou de que o conteúdo "social" das relações econômicas pode, de alguma forma, ser separado e depois

quantificado em uma escala unidimensional de im/perfeição do mercado. No entanto, o fato de que nenhum mercado existe em um vácuo social não deve ser tomado como indicação de que não existem mercados de qualquer tipo, ou de que o estudo dos mercados deva ser completamente evitado pelas ciências econômicas heterodoxas. Pelo contrário, isso significa que o estudo dos mercados realmente existentes — em todas as suas formas variadas e provinciais, e em suas diversas combinações com outros modos de organização socioeconômica — merece, na verdade, uma investigação mais profunda, sustentada e sistemática. Os mercados, claro, não surgem espontaneamente como o resultado coordenado de ações instrumentais; eles são "invenções sociais" (Lee e LiPuma, 2010) e, como tal, estão associados a condições específicas de produção, reprodução e falha.⁸ Possuem histórias e geografias. A ampla gama de formas domesticadas, arcaicas, emergentes e devastadas por crises existentes nos mercados parece, só de ver, ser profundamente diferenciada e contextualizada (poderíamos dizer enraizada) demais para ser encaixada na ótica estritamente "economizadora"⁹. Em outras palavras, os mercados são importantes demais para serem deixados para os economistas e são muito variados para serem teorizados de forma monística.

No desafio futuro de produzir novos "mapas" da economia socialmente enraizada, os insights pioneiros de Polanyi podem servir de inspiração, mas dificilmente podem ser vistos como um guia definitivo. Afinal, embora ele tenha "descoberto o continente perdido" da economia sempre enraizada, como Fred Block certa vez colocou (citado em Krippner et al., 2004: 117), Polanyi não teve tempo para sua exploração abrangente. Um professor brilhante, mas consideravelmente mais elusivo como escritor, Polanyi talvez tenha sido mais bem-sucedido em transmitir o potencial de seu projeto a seus alunos. Como um deles recordou, suas aulas eram caracteristicamente vívidas e sempre lotadas, baseando-se

⁸ O aspecto mais irônico e paradoxal das visões de mercado centradas no mercado", continuam Lee e LiPuma (2010: 21), é que elas "carecem de uma explicação sobre a produção do mercado. Como Giovanni Arrighi argumentou de forma combativa, "a economia, no sentido de Polanyi, não tem nada a ver com a economia. Os economistas não lidam com a economia. A economia, para Polanyi, diz respeito à aquisição dos meios de subsistência e à cooperação que essa aquisição envolve. Polanyi contrasta essa concepção da economia com a economia como o estudo" que pressupõe, de fato ativa, a concorrência, interrompendo a cooperação na qual se baseia a aquisição dos meios de subsistência. Essa noção não social, para não dizer antissocial, da economia é o que os economistas teorizam. Mas isso não significa acabar com os mercados. O problema é estudar os mercados pelo que eles realmente são e como funcionam ou não funcionam, em vez de pensar no que os economistas pensam ou dizem sobre eles" (Krippner et al., 2004: 125-126, 130). De forma bastante notável, Ronald Coase (2002) parece concordar efetivamente.

⁹ Sobre o estilo de economia política aplicada de Cliffe Leslie e seu argumento metodológico para o institucionalismo histórico comparativo, consulte Black (2002) e Leslie (1879a).

em um conhecimento enciclopédico da vasta gama de "economias registradas", antigas e modernas, enquanto dialogava extensivamente com Marx, Malinowski, Weber, Menger, Thurnwald, Durkheim e seus pares. Deve ter sido valioso estar presente. A enorme abrangência antropológica, geográfica e histórica dessas exegeses pode ser avassaladora quando condensada nas páginas de um único volume.

Discutir a Inglaterra de Ricardo, as Ilhas Trobriand de Malinowski e a Alemanha de Hitler no mesmo livro (*A Grande Transformação*) é exigir demais do leitor. E esperar que o leitor o acompanhe até a Babilônia de Hamurabi, a Grécia de Aristóteles e o Daomé do século XVIII (*Trade and Market*) é esperar demais. (Dalton, 1965: 1)

Apesar desses desafios de apresentação, o efeito cumulativo do projeto polanyiano foi relativizar as formações econômicas existentes e anteriores. Isso resultou em uma "economia política de contraste", nas palavras evocativas de Dalton (1965: 3), que gradualmente estabelecia as bases para uma análise comparativa da economia: "As áreas de comparação frutífera [devem] ser ampliadas. A antropologia econômica e a história econômica devem ser parte de uma disciplina chamada economia comparativa" (p. 2). (A essa lista, certamente, hoje acrescentaríamos a geografia econômica, a sociologia econômica, a economia feminista e a ecologia política, entre outras, embora pareça haver pouca razão para estender o convite à economia ortodoxa não reformada — que mal conseguiu reunir a vontade de estudar as divergências entre sua visão idealizada de uma economia de mercado e as economias do mundo real, muito menos analisá-las minuciosamente.) A economia comparativa não deve assumir, a priori, uma grade específica de diferenças econômicas, mas, como um exercício empiricamente orientado, que trabalha com abstrações reais, deve documentar e desenvolver interpretações contextualizadas de economias polivalentes, tanto antigas quanto novas. Como Polanyi sempre insistiu, o grupo contemporâneo de economias industrializadas não era, por si só, suficiente para a tarefa de povoar e energizar o registro comparativo — apesar do fato de que, na época, ele abrangia desde o comunismo até o fascismo e desde o estado de bem-estar social até o capitalismo de novo acordo. Sua estratégia era evocar a mais ampla gama de históricos e contemporâneos como um estímulo à imaginação socioeconômica e, mais particularmente, "para desmontar a noção — tão amplamente e implicitamente sustentada por economistas — de que os mercados são a forma ubíqua e invariável de organização econômica; que qualquer economia pode ser traduzida em termos de mercado" (Dalton, 1965: 4). Mercados, claro,

estão presentes em todos esses regimes, mas sua posição e contribuição respectivas devem ser uma questão empírica, não de predeterminação teórica.

A sufocante presunção da economia ortodoxa foi impor unilateralmente uma única "forma de mercado" sobre um cenário em evolução e institucionalmente diversificado de organização econômica (Polanyi, 1977: xl). Reconhecendo o caráter híbrido das formações econômicas realmente existentes, a preocupação de Polanyi era "abrir um debate sobre alternativas à forma de organização econômica baseada no mercado predominante" (Jessop, 2008: 329). Isso também exigia inovação metodológica. O olhar teórico austero e o repertório metodológico restrito da economia ortodoxa tornavam grandes áreas da vida econômica ininteligíveis ou até mesmo invisíveis. Como refletiu certa vez o economista do desenvolvimento (e companheiro da economia comparativa) Arthur Lewis:

[Os] economistas se concentraram no estudo da economia de mercado e deixaram o estudo da economia não-mercantil para o antropólogo. Além disso, ao estudar a economia de mercado, os economistas tendem a tomar as instituições como garantidas e a negligenciar as interações e conflitos entre o mercado e outras instituições sociais. Isso deixou uma lacuna na qual alguns antropólogos estão agora entrando. Eles se infiltram nas fábricas e estudam como os trabalhadores estabelecem ou reagem às normas de produção; observam os diretores trabalhando na sala de reuniões; ou estudam os efeitos do prestígio sobre as ocupações. É claro que a técnica de observação do antropólogo, e sua compreensão das inter-relações das instituições sociais, têm uma importante contribuição a fazer ao estudo mesmo das economias de mercado mais avançadas... [O] economista que estuda a economia não-mercantil precisa abandonar a maior parte do que aprendeu e adotar as técnicas do antropólogo. (Lewis, 1962: vii–viii, ênfase acrescentada)

Para Polanyi, isso era mais do que uma questão de encontrar uma melhor adequação entre as estratégias e os objetos de pesquisa; envolvia repetidos engajamentos metodológicos e interpretativos com formações econômicas reais, antigas e modernas. Os problemas do dedutivismo excessivo da economia neoclássica nesse aspecto foram agravados pelo erro analítico de universalizar os "fenômenos "dispositivo de ação própria" e, assim, subordinando "o destino do homem [sic] e da natureza ao jogo de um autônomo que segue seus próprios trilhos e é governado por suas próprias leis" (Polanyi, 1968 [1947]: 61-62) A estratégia alternativa de Polanyi, em contraste, era procurar "conhecer o mundo econômico" por meio de atos simultâneos de observação atenta e teorização criativa.

Ele não estava sozinho, é claro, ao apresentar esses argumentos. Por exemplo, T.E. Cliffe Leslie, um "sociólogo econômico" pioneiro da escola histórica inglesa

argumentou – no auge da sociedade de mercado – que transcender a visão singular da economia de mercado exigia um tipo radical de método comparativo- exploratório, na verdade, algo semelhante a uma abordagem geográfica

Imaginar que um homem inteligente, de olhos fechados, possa pensar nas leis do mundo econômico é tão razoável quanto supor que ele possa, da mesma forma, descobrir as leis do mundo físico. Na química, na história natural, na fisiologia, na astronomia física, as descobertas são feitas todos os anos pelo método de todos os casos - sem negligenciar nenhum fenômeno como indigno de observação e investigar todos os casos que se apresentam, com o objetivo de determinar suas causas e leis. [Isso não significa] que a dedução não tenha lugar na ciência econômica; toda inferência ou aplicação de um princípio geral é uma dedução. O que se quer dizer é que a Economia Política não atingiu o estágio de uma ciência dedutiva, que as leis fundamentais do mundo econômico ainda são imperfeitamente conhecidas e que só podem ser totalmente conhecidas por meio de indução paciente. [O] mundo econômico ainda é, em grande parte, desconhecido, e ... para conhecê-lo, os economistas devem explorá-lo como os geógrafos exploraram o mundo da geografia física. (Leslie, 1879b: 946, 949, ênfase adicionada)

Quais princípios poderiam orientar essas explorações de mundos econômicos pouco conhecidos? Para os discípulos de Polanyi, isso envolvia um estudo comparativo sobre o posicionamento sociocultural de diferentes modos de integração econômica, em contextos selecionados deliberadamente para abranger "sociedades sem mercado", juntamente com algumas nas quais os mercados podem estar desempenhando papéis "periféricos" ou mais dominantes (Bohannon e Dalton, 1962). Esse trabalho daria a devida atenção aos "dispositivos econômicos" prontamente observáveis no primeiro plano analítico - como objetos monetários, procedimentos contábeis, espaços de comércio ou arranjos de produção - e, ao mesmo tempo, faria uso constante de explicações para os padrões mais amplos de integração econômica nos quais esses dispositivos estavam inseridos (seu contexto instituído, as regras variantes do jogo socioeconômico e assim por diante). "Seria imprudente concluir que, porque os EUA e a URSS ambos usam dinheiro, mercados, dispositivos contábeis e comércio exterior, eles têm basicamente a mesma organização econômica", alertou Dalton (1965: 13), assim como seria "ainda mais absurdo concluir que, porque os EUA e as Ilhas Trobriand de Malinowski ambos usam dinheiro e comércio exterior, eles têm basicamente a mesma organização econômica".¹⁰

¹⁰ Por isso a ênfase polanyiana em princípios de distribuição e lógicas de organização, em vez de, digamos, modos de produção, como moeda de troca para a análise macroeconômica (Jessop, 2008)

Meio século depois, em um período de aprofundamento da integração econômica global mediada pelo mercado, ainda há muito a ser aprendido com a análise minuciosa de "dispositivos de mercado" (Callon et al., 2007; Ong, 2006), localmente situados, mas, ao mesmo tempo, o axioma polanyiano de enraizamento deve ser ampliado para considerar o contexto (mais global) desse próprio contexto. Os modos de integração (recíproca, redistributiva, troca de mercado etc.) certamente não podem mais ser considerados como características meramente "internas" das economias locais ou mesmo nacionais; eles claramente também afetam as relações entre essas economias. Na medida em que a neoliberalização representa uma tentativa historicamente específica de reimpôr uma forma particular e instituída de regra de mercado, isso também deve ser entendido em termos macro-regulatórios, bem como um descritor para práticas, políticas e programas localizados (Peck, 2010). Mesmo que formações econômicas territorialmente definidas continuem a exibir configurações idiossincráticas, polimórficas e híbridas (e mesmo que fique cada vez mais evidente que a neoliberalização não implica convergência total), a neoliberalização profunda tem sido associada a formas geohistóricas distintas de integração macro-regulatória entre economias locais (Brenner et al., 2010; Peck e Theodore, 2007).

Em outra reviravolta irônica, no entanto, os tratamentos críticos do neoliberalismo têm sido mais inclinados a recuperar Polanyi, o polemista, do que Polanyi, o economista comparativo. Não basta apenas atacar o moinho satânico do mercado; a necessidade cada vez mais urgente é dar sentido aos shoppings satânicos do capitalismo neoliberal globalizado e profundamente conectado em rede. Agora que sabemos que o renascimento do fundamentalismo de mercado no final do século XX não foi algo passageiro, torna-se cada vez mais imperativo dar sentido aos mundos socioeconômicos transformados que a contrarrevolução do livre mercado criou, sem mencionar aqueles que ela mal alcançou e os lugares onde foi rejeitada. Em princípio, a noção de uma sociedade de mercado autônoma e desenraizada, algo como uma distração no século XIX, não é menos do que isso agora; ao mesmo tempo, novas formas de macro integração padronizada pelo mercado - cultural, financeira, logística - continuam a proliferar. Diante das previsões de consequências aplainadoras desses desenvolvimentos, as explorações do mundo pouco mapeado da economia sempre enraizada devem continuar. Em alguns aspectos, elas são necessárias agora mais do que nunca.

Geografia econômica sem limites

"Em uma observação de Viviana Zelizer (2011: 363), "o mercado não é mais um lugar seguro para teorizar". Se isso for realmente verdade, como as tarefas da geografia econômica podem ser reconcebidas sob essa luz? Talvez seja hora, finalmente, de enfrentar o mercado, um objeto muito mistificado que por muito tempo ficou escondido à vista de todos na geografia econômica. Uma pergunta pertinente (mas desafiadora) aqui é: o que seria necessário para "provincializar" o mercado? O que seria necessário para passar da demonstração de exceções singulares e possivelmente contingentes para o universal? A busca por essas questões, além disso, pode muito bem abrir novas oportunidades para trocas recíprocas e mutuamente benéficas entre os diversos "anéis kula" dos estudos econômicos heterodoxos. De fato, continuar a abrir e usar essas linhas de comunicação dialógica - especialmente em conversas sobre formas contemporâneas de construção e variação socioeconômica - oferece o potencial de enriquecer e energizar a vida na ilha de várias maneiras.

Mas desta vez há também um ímpeto externo. Com a atenção inesperada da nova geografia econômica, a vida insular, como a conhecemos, pode estar prestes a mudar de qualquer maneira. No entanto, isso pode representar uma oportunidade, em vez de uma ameaça existencial iminente. Afinal, o rompimento das fronteiras entre sociologia e economia no início dos anos 1980 gerou muito mais do que uma reação indignada; foi um estímulo para o programa intelectual positivo da nova sociologia econômica. A geografia econômica pode estar enfrentando um momento de encruzilhada semelhante? Se for o caso, o que certamente é indiscutível é que não há nada a ganhar com a defesa de um território insular apenas por sua própria existência. A geografia econômica também precisa de seus programas intelectuais positivos. Isso deve significar algo mais do que a acumulação acidental de agendas de pesquisa individuais; exige a atenção programática que realmente aproveite a produtividade social da geografia econômica. Nada disso será fácil — em um campo geralmente subfinanciado e povoado por espíritos livres —, mas o fato de que já aconteceu antes (cadeias globais de commodities e produção, pós-fordismo, economias alternativas, etc.) significa que certamente pode acontecer novamente.

Se o *World Development Report* (WDR) do Banco Mundial (2009) representa uma versão, um tanto desanimadora, de como o futuro da geografia econômica poderia ser, quais alternativas positivas podem ser imaginadas? Um experimento de pensamento

provocativo poderia tentar imaginar como seria um WDR alternativo¹¹, concebido por geógrafos econômicos. Talvez ecoando as extensas obras de Polanyi, seria necessário que esse volume polifônico e disparatado exigisse muito de seu público, se é que poderia sequer ser reunido em um único volume. No entanto, mesmo essa geografia econômica "sem limites" certamente teria contribuições a fazer para o projeto incipiente de economia comparativa. Na verdade, alguns dos recursos necessários para esse empreendimento podem estar prontamente disponíveis nas várias formulações de geografia econômica relacional e economia política geográfica que vêm se desenvolvendo recentemente (Bathelt e Glückler, 2003; MacKinnon et al., 2009; Peck e Theodore, 2007; Sunley, 2008; Yeung, 2005). Mas ainda há muito a ser feito.

Parte do desafio, sem dúvida, será metodológico (Barnes et al., 2007; Gertler, 2010). Em particular, para audiências interdisciplinares, será crucial o desenvolvimento de projetos de pesquisa comparativa claramente articulados e teoricamente gerativos – algo que ainda é surpreendentemente raro na área. Isso certamente incluiria a comparação "estática" convencional de pares (ou mais) de formações econômicas territorialmente definidas, juntamente com análises em múltiplos locais de vários tipos. De forma mais ambiciosa, também poderia abranger a análise "relacional" de casos em conexão, vinculados por redes interseccionais de produção, circuitos reprodutivos, mutação institucional ou por experiências compartilhadas de reestruturação (ver Collins, 2003; Hart, 2002, 2004; Lawson, 2010; Peck & Theodore, 2012; Yeates, 2009). A promessa dos projetos de pesquisa comparativa profundos aqui é que eles envolvem um passo explicativo decisivo além da mera identificação de economias alternativas, divergentes e idiossincráticas, passando a posicioná-las de forma relacional em relação a outras. Dessa forma, elas se tornam mais do que casos isolados, implicitamente imaginados como exceções ou pontos em uma paisagem mal mapeada. Em vez disso, elas teriam o potencial de gerar novos cortes explicativos através dessa paisagem, evocando registros conceitualmente especificados e empiricamente documentados de diferenças econômico-geográficas significativas.

Crucialmente, o escopo explicativo de tais estudos deve ir além da documentação de exceções provincianas, descontextualizadas, às reivindicações universalistas dos modelos de mercado "padrão". A geografia econômica pode estar repleta de afirmações de que economias socialmente constituídas (ou enraizadas) são também, por

¹¹ Obrigado a Rory Horner por levantar essa questão provocativa.

consequência, economias espacialmente constituídas (ou enraizadas). De fato, alguns observadores poderiam dizer que isso representa algo como um artigo de fé dentro do próprio sistema de crenças insular da geografia econômica. No entanto, o número de casos críticos que fundamentam tais afirmações, especialmente aqueles que seriam considerados convincentes para os residentes de outras ilhas intelectuais, é surpreendentemente escasso (Peck, 2005). É quase como se essas afirmações fossem implicitamente feitas com base no excepcionalismo (em oposição às supostas regras universais de uma economia sem espaço ou de um capitalismo singular) e, portanto, em certo sentido, defensivamente, ao invés de constituírem afirmações positivas (teóricas). Na prática, a documentação de exceções "locais" (mesmo sua documentação cumulativa) frequentemente deixa essa oposição — da economia monológica — substancialmente intacta. Na verdade, essas manobras acabam mantendo essa ideia em circulação, ainda que em termos pejorativos, ao definir exceções caso a caso à norma singular, em vez de estabelecer variações, desigualdades ou desvios de forma mais sistemática. Além disso, a relativa escassez de projetos de pesquisa construídos para interrogar a afirmação — amplamente aceita na "ilha", mas raramente ouvida em outros lugares — de que economias localmente enraizadas estão associadas a capacidades não meramente contingentes é certamente parte do problema aqui.¹² Isso representa um desafio metodológico significativo para o projeto de economia comparativa.

Há também a questão, mais especificamente, de como mercados "variados" poderiam ser abordados em termos metodológicos. Em muitos aspectos, as orientações teóricas e as inclinações metodológicas dos geógrafos econômicos têm sugerido que os locais de pesquisa empírica se situem em esferas localizadas e, nominalmente, extra-mercado, como os "lugares ocultos" da produção e reprodução; os espaços próximos das hierarquias corporativas, redes de commodities ou setores industriais; os mundos nebulosos da governança econômica e formulação de políticas. (É quase como se uma política de "qualquer coisa menos mercados" tivesse sido implicitamente seguida.) A tarefa, no entanto, não é desenvolver uma "geografia econômica dos mercados" separada, muito menos uma guinada para o mercado. O que é necessário, ao contrário, é um programa positivo que

¹² Há indicações sugestivas em pesquisas sobre a análise comparativa de sistemas sociais que utilizaram o dispositivo de pares "combinados" de empresas (Maurice et al., 1986) e em trabalhos nas tradições de institucionalismo comparativo e variedades de capitalismo (Amable, 2003). A resposta quase espontânea dos geógrafos econômicos, é claro, é que essas questões seriam abordadas de forma diferente na ilha, como de fato provavelmente seriam. No entanto, o manual metodológico da geografia econômica permanece em grande parte não codificado e, no âmbito comparativo, ainda há relativamente poucos projetos exemplares (Barnes et al., 2007)

enfrente frontalmente a multiplicidade de formas de mercado (e formas similares a mercado) "no mundo real", em configurações híbridas e em múltiplos domínios — finanças, cultura, comércio, cuidados e assim por diante (ver Barnes, 2008; Berndt e Boeckler, 2009; Lawson, 2010; Smith et al., 2006). A promessa final de tais estudos contextualizados de mercados reais não seria simplesmente proliferar reivindicações de excepcionalismo em relação ao mercado (perfeito), nem aumentar o acervo de relatos sobre mercados que se comportam mal (e, assim, simplesmente substituir a ontologia singular de mercado neoclássica por uma gama desordenada e sem princípios de alternativas). Em vez disso, seria substanciar, sistematizar e estabilizar reivindicações heterodoxas sobre o funcionamento de mercados reais, juntamente com seus principais eixos de diferenciação socioeconômica, definidos em termos causais e não taxonômicos. Aqui, também há um campo relativamente aberto de oportunidades para o estudo de modos regionalizados e multiescalares de coordenação econômica, para além do nacionalismo metodológico predominante na economia heterodoxa (Peck e Theodore, 2007).

Por último, e como Polanyi sem dúvida enfatizaria, caso tivesse testemunhado a segunda grande transformação, há questões urgentes relacionadas à atual conjuntura histórica. Novas gerações de projetos de criação de mercado (geralmente assistidos pelo Estado) podem ser encontradas em todos os lugares, mas a pesquisa geográfica sobre essas formas neoliberais em proliferação tende a se concentrar mais em questões de design e racionalidade institucional do que em ecologias organizacionais ou lógicas distributivas. Se três décadas de aprofundamento da neoliberalização ainda não produziram nada que se aproxime das condições de mercado dos livros didáticos, o que se pode concluir sobre as causas e as consequências dessas experiências diversas (mas interconectadas) de criação de mercados [marketization] frequentemente assistida pelo Estado?

A neoliberalização, a mercantilização, e a privatização podem estar em quase todos os lugares, como processos endêmicos, mas manifestamente não estão produzindo resultados singulares ou uniformes. Não há evidências de que formas cada vez mais intensivas de neoliberalização estejam levando inevitavelmente a uma monocultura regulatória global; não há movimento perceptível na direção de mercados perfeitos; não há sinal de uma convergência continental iminente e unidirecional rumo a alguma Pangéia de livre mercado. As diferenças geográficas persistem — de fato, estão sendo constantemente recriadas —, mas isso se trata apenas de uma diferenciação caótica ou "ruído espacial"?

A profunda neoliberalização também não levou a uma repetição da experiência do século XIX de *laissez-faire*, livre comércio e *haute finance* – simplesmente em uma escala ainda maior. Pelo contrário, deve ser compreendida como uma forma historicamente e geograficamente distinta de organização socioeconômica, constituída através de múltiplas formas de governança de mercado (ou similares a mercado), integralmente conectadas e, ao mesmo tempo, híbridas. Isso continua a produzir resultados variados e contraditórios, sem mencionar episódios de transformação impulsionados por crises. Portanto, este mundo mais orientado para o mercado está longe de ser um sistema "estável", mesmo que possua uma série de características recorrentes e sistemáticas. Talvez Polanyi estivesse certo, então, ao tratar a troca de mercado de forma diferente das outras formas alternativas de organização econômica às quais ele dedicou tanto esforço analítico, à luz da natureza frequentemente (auto)destrutiva das forças de mercado, de sua propensão ao exagero e à crise, e do fato de que elas aparentemente são incapazes de operar de forma autônoma, como regimes de mercado livre, autorregulados e independentes (seja em princípio ou na prática). Assim como a economia ortodoxa, o mercado aparentemente também não conhece limites.

Por outro lado, Polanyi pode ter concedido demais ao não insistir no argumento sobre a natureza necessariamente, mas variavelmente, enraizada dos sistemas de mercado (Lie, 1991, 1997). Se todas as formas de organização econômica são caracteristicamente "impuras" (Hodgson, 1984; Peck, 2005), mesmo quando um princípio de integração é dominante, então, seguramente, um dos desafios analíticos mais significativos — para não dizer políticos — neste momento de profunda neoliberalização é entender a convivência contraditória das formas mercantilizadas de troca e governança com suas diversas "outras". Não basta simplesmente declarar que há uma variedade infinita de tais arranjos de convivência e deixar por isso mesmo. É necessário, ao contrário, documentar suas formas recorrentes, conexões constitutivas e semelhanças familiares, e explicar o alcance e a natureza dessa variação revelada. Quais são as tolerâncias e tendências? Como os híbridos "locais" são enraizados e constituídos pela forma em evolução da neoliberalização como um processo global (cf. Brenner et al., 2010; Gill, 1995; Ruggie, 1982; Silver e Arrighi, 2003)? Uma geografia econômica que comece a gerar respostas para essas perguntas teria, de fato, contribuições persuasivas a oferecer na nascente conversa heterodoxa sobre economia comparativa.

Conclusão: negociação na geografia econômica

Há mudanças chegando à vida insular da geografia econômica. (Até mesmo as Ilhas Trobriand, afinal, agora têm um aeroporto.) Para os visitantes do continente da Economia (alguns dos quais aparentemente afirmam ter descoberto a ilha), pode haver algum interesse passageiro nas bugigangas coloridas dos habitantes locais, mas não há quase nenhuma chance de que eles se sintam atraídos pela vida na ilha pelo que ela é, e muito menos que estejam inclinados a aprender com ela. A abordagem deles, afinal, é uma tecnologia intelectual associada à ocupação, não ao diálogo. Por isso, há mais do que um pouco de ironia no fato de que a própria consciência pós-colonial (tardia) da geografia econômica, que incluiu apelos para provincializar o conhecimento econômico-geográfico e desenvolver formas alternativas de comparação e colaboração (Pollard et al., 2009), coincidiu, historicamente, com um esforço ascendente para incorporar uma "nova geografia econômica" renascida e imaculadamente concebida em um modelo neoclássico abrangente. Todavia, reconhecer essas reivindicações imperialistas de conhecimento é uma coisa (Fine, 2002; Harvey, 2009a); fazer algo a respeito é outra bem diferente.

De forma construtiva, essa deve ser uma ocasião para repensar algumas práticas estabelecidas e o potencial de alianças, antigas e novas. É necessário desenvolver zonas de comércio mais ativas, não apenas em toda a ilha, mas também com as ilhas vizinhas. Sugeriu-se aqui que há muito a ganhar com o estabelecimento de comunicações mais regulares entre as ilhas intelectuais do arquipélago heterodoxo. Nesse espaço, o pool genético conceitual e metodológico é muito mais rico e consideravelmente mais diverso; existem os rudimentos de uma linguagem comum e, certamente, preocupações sobrepostas; e as perspectivas de mudança evolutiva positiva são muito maiores. Diante da monocultura ortodoxa expansionista, a manutenção de uma diversidade produtiva fora do espaço imperial da economia neoclássica será essencial, tanto para a resiliência coletiva dessas várias comunidades de prática, quanto, em última análise, para a capacidade de promover mudanças mais "globais" no pensamento e na prática econômicas. "A força do projeto econômico heterodoxo reside precisamente na coexistência de posições concorrentes, cada uma desafiando a lógica ainda onipresente do mercado perfeito de diferentes maneiras" (Berndt e Boeckler, 2009: 547; Fligstein e Dauter, 2007). Se existe uma alteração significativa na Economia com E maiúsculo, ela certamente está na rede ainda desarticulada de heterodoxias econômicas de pequeno porte. Mas entrar em um clube chamado "Não

Economia”, não pode ser suficiente, mesmo que a adesão venha normalmente acompanhada de uma crítica adequada e absolutamente necessária da teoria neoclássica e da política neoliberal. Serão necessários programas de pesquisa interdisciplinares e com objetivos definidos, incluindo um envolvimento renovado com os desafios da economia comparativa - para a qual a geografia econômica tem o potencial de fazer uma contribuição diferenciada.

Novamente, isso não será e não pode ser um projeto singular, mas se há uma questão que merece mais atenção sustentada – por razões políticas e analíticas – essa questão deve ser "o" mercado em si, que na literatura heterodoxa é frequentemente criticado, mas muitas vezes negligenciado. Desenvolver alternativas significativas ao monismo de mercado não pode ser sobre recuar do mercado como objeto de investigação crítica, ou sobreviver de forma frágil através do estudo de exceções, à sombra da ortodoxia continental. Tampouco pode ser apenas sobre criticar a Economia por criticar. A sugestão aqui é que há muito a se ganhar com o desenvolvimento de programas intelectuais positivos, especialmente quando eles se envolvem explicitamente com os problemas da economia comparada. Há, além disso, razões intelectuais e normativas para levar os mercados mais a sério – em todas as suas formas relativizadas, plurais e mestiças; e na mais ampla gama de contextos constitutivos e arranjos de convivência – a serviço do projeto contínuo da geografia econômica de repensar a economia.

Agradecimentos

Este artigo foi elaborado durante o 5th Summer Institute in Economic Geography, embora não existisse na época. Desde então, ele se beneficiou dos insights coletivos do grupo de leitura de geografias econômicas da UBC e do grupo de "almoço grátis" de Política, Economia e Espaço da Universidade Nacional de Cingapura, além dos comentários de Trevor Barnes, Christian Berndt, Christofer Muellerleile e Nik Theodore. No entanto, a responsabilidade final pelos argumentos aqui apresentados é minha.

Financiamento

O apoio do Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas do Canadá é reconhecido com gratidão.

Referências

- ALCORN, S.; SOLARZ, B. (2006). The autistic economist. *Post-Autistic Economics Review*, 38, p. 13–18.
- AMABLE, B. (2003). *The diversity of modern capitalism*. Oxford: Oxford University Press.
- ASPERS, P. (2011). *Markets*. Cambridge: Polity Press.
- BARBER, B. (1993). *Constructing the social system*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.
- BARBER, B. (1995). All economies are ‘embedded’: The career of a concept, and beyond. *Social Research*, 62, p. 387–413.
- BARNES, T. J. (2008). Making space for the economy: Live performances, dead objects, and economic geography. *Geography Compass*, 2(5), p. 1432–1448.
- BARNES, T. J.; SHEPPARD, E. (2010). ‘Nothing includes everything’: Towards engaged pluralism in Anglophone economic geography. *Progress in Human Geography*, 34(2), p. 193–214.
- BARNES, T. J.; PECK, J.; SHEPPARD, E.; TICKELL, A. (2007). Methods matter: Transformations in economic geography. In: TICKELL, A.; SHEPPARD, E. S.; PECK, J.; BARNES, T. J. (eds). *Politics and practice in economic geography*. London: SAGE, p. 1–24.
- BETHEL, H.; GLUCKLER, J. (2003). Toward a relational economic geography. *Journal of Economic Geography*, 3(2), p. 117–144.
- BECKER, G. S. (1976). *The economic approach to human behavior*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- BECKERT, J. (2009). The great transformation of embeddedness: Karl Polanyi and the new economic sociology. In: HANN, C.; HART, K. (eds). *Market and society: The great transformation today*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 38–55.
- BERNDT, C.; BOECKLER, M. (2009). Geographies of circulation and exchange: Constructions of markets. *Progress in Human Geography*, 33(4), p. 535–551.
- BERNDT, C.; BOECKLER, M. (2012). Geographies of markets: Materials, morals, and monsters in motion. *Progress in Human Geography*, 35(4), p. 559–567.
- BLACK, R. D. C. (2002). The political economy of Thomas Edward Cliffe Leslie (1826–82): A re-assessment. *European Journal of the History of Economic Thought*, 9(1), p. 17–41.
- BLOCK, F. (2003). Karl Polanyi and the writing of The Great Transformation. *Theory and Society*, 32(3), p. 275–306.
- BOHANNAN, P.; DALTON, G. (eds). (1962). *Markets in Africa*. Evanston, IL: Northwestern University Press.

- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. (2006). *On justification: The economies of worth*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- BOURDIEU, P. (1999). *Acts of resistance: Against the tyranny of the market*. New York: New Press.
- BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. (2010). Variegated neoliberalization: Geographies, modalities, pathways. *Global Networks*, 10(2), p. 182–222.
- BURAWOY, M. (2003). For a sociological Marxism: The complementary convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. *Politics and Society*, 31(2), p. 193–261.
- CALLON, M.; MILLO, Y.; MUNIESA, F. (eds). (2007). *Market devices*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- CARRIER, J. G. (ed.) (1997). *Meanings of the market: The free market in Western culture*. Oxford: Berg.
- CLARK, G. L. (1998). Stylized facts and close dialogue: Methodology in economic geography. *Annals of the Association of American Geographers*, 88(1), p. 73–87.
- COASE, R. (1937). The nature of the firm. *Economica*, 4(16), p. 386–405.
- COASE, R. (2002). Why economics will change. *Newsletter of the International Society for New Institutional Economics*, 4(1), p. 1–7.
- COLLINS, J. L. (2003). *Threads: Gender, labor, and power in the global apparel industry*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- CRANE, T. (2003). *The mechanical mind: A philosophical introduction to minds, machines and mental representation*. New York: Routledge.
- DALE, G. (2010). *Karl Polanyi: The limits of the market*. Cambridge: Polity Press.
- DALTON, G. (1965). Primitive, archaic, and modern economies: Karl Polanyi's contribution to economic anthropology and comparative economy. In: HELM, J.; BOHANNAN, P.; SAHLINS, M. (eds). *Essays in economic anthropology*. Seattle, WA: American Ethnological Society and University of Washington, p. 1–24.
- DALTON, G. (ed.) (1968). *Primitive, archaic, and modern economies: Essays of Karl Polanyi*. Garden City, NY: Anchor Books.
- EBNER, A.; BECK, N. (eds) (2008). *The institutions of the market: Organizations, social systems, and governance*. Oxford: Oxford University Press.
- FINE, B. (2002). Economics imperialism and the new development economics as Kuhnian paradigm shift? *World Development*, 30(12), p. 2057–2070.
- FINE, B. (2010). Zombieconomics: The living death of the dismal science. In: BIRCH, K.; MYKHENKO, V. (eds). *The rise and fall of neoliberalism*. London: Zed Books, p. 153–170.

- FLIGSTEIN, N. (2002). *The architecture of markets: An economic sociology of twenty-first-century capitalist societies*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- FLIGSTEIN, N.; DAUTER, L. (2007). The sociology of markets. *Annual Review of Sociology*, 33, p. 105–128.
- FOSTER, J.; MUELLERLEILE, C.; OLDS, K.; PECK, J. (2007). Circulating economic geographies: Citation patterns and citation behaviour in economic geography, 1982–2006. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 32(3), p. 295–312.
- FOURCADE, M. (2007). Theories of markets and theories of society. *American Behavioral Scientist*, 50(8), p. 1015–1034.
- FOURCADE, M. (2009). *Economists and societies*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- GERTLER, M. (2010). *Rules of the game: The place of institutions in regional economic change*. *Regional Studies*, 44(1), p. 1–15.
- GILL, S. (1995). Globalisation, market civilisation and disciplinary neoliberalism. *Millennium*, 24(3), p. 399–423.
- GRABHER, G. (2006). Trading routes, bypasses, and risky intersections: Mapping the travels of ‘networks’ between economic sociology and economic geography. *Progress in Human Geography*, 30(2), p. 163–189.
- GRABHER, G. (2009). Yet another turn? The evolutionary project in economic geography. *Economic Geography*, 85(2), p. 119–127.
- HANN, C.; HART, K. (2009). Introduction: Learning from Polanyi 1. In: HANN, C.; HART, K. (eds). *Market and society: The great transformation today*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1–16.
- HART, G. (2002). *Disabling globalization: Places of power in post-apartheid South Africa*. Berkeley, CA: University of California Press.
- HART, G. (2004). *Geography and development: Critical ethnographies*. *Progress in Human Geography*, 28(1), p. 91–100.
- HARVEY, D. (2009a). *Cosmopolitanism and the geographies of freedom*. New York: Columbia University Press.
- HARVEY, D. (2009b). Reshaping economic geography: The World Development Report 2009. *Development and Change*, 40(6), p. 1269–1277.
- HODGSON, G. M. (1984). *The democratic economy*. Harmondsworth: Penguin.
- JESSOP, B. (2008). Polanyian, regulationist, and autopoieticist reflections on states and markets and their implications for the knowledge-based economy. In: EBNER, A.; BECK, N. (eds). *The institutions of the market: Organizations, social systems, and governance*. Oxford: Oxford University Press, p. 328–347.

KRIPPNER, G. R. (2001). The elusive market: Embeddedness and the paradigm of economic sociology. *Theory and Society*, 30(6), p. 775–810.

KRIPPNER, G.; GRANOVETTER, M.; BLOCK, F.; BIGGART, N.; BEAMISH, T.; HSING, Y.; et al. (2004). Polanyi symposium: A conversation on embeddedness. *Socio-Economic Review*, 2(1), p. 109–135.

KRUGMAN, P. (2010). The theory of interstellar trade. *Economic Inquiry*, 48(4), p. 1119–1123.

LACHER, H. (2007). The slight transformation: Contesting the legacy of Karl Polanyi. In: BUGRA, A.; AGARTAN, K. (eds). *Reading Karl Polanyi for the Twenty-First Century*. New York: Palgrave Macmillan, p. 49–64.

LAWSON, V. (2010). Reshaping economic geography? Producing spaces of inclusive development. *Economic Geography*, 86(4), p. 351–360.

LEE, B.; LIPUMA, E. (2010). Invisible sociality and the financial derivatives markets. Paper presented at the conference ‘*The Global Crisis: Rethinking Economy and Society*,’ Chicago Center for Contemporary Theory, University of Chicago, December.

LEE, R.; WILLS, J. (eds). (1997). *Geographies of economies*. London: Arnold.

LESLIE, T. E. C. (1879a). *Essays in Political and Moral Philosophy*. Dublin: Hodges, Foster, and Figgis.

LESLIE, T. E. C. (1879b). The known and the unknown in the economic world. *Fortnightly Review NS*, 25, p. 933–949.

LEWIS, W. A. (1962). Foreword. In: EPSTEIN, T. S. *Economic Development and Social Change in India*. Manchester: Manchester University Press, p. vii–x.

LIE, J. (1991). Embedding Polanyi’s market society. *Sociological Perspectives*, 34(2), p. 219–235.

LIE, J. (1997). The sociology of markets. *Annual Review of Sociology*, 23(1), p. 341–360.

LOVERING, J. (1989). The restructuring debate. In: PEET, R.; THRIFT, N. J. (eds). *New Models in Geography*, volume 1. London: Unwin Hyman, p. 198–223.

MACKINNON, D.; CUMBERS, A.; PIKE, A.; BIRCH, K.; McMASTER, R. (2009). Evolution in economic geography: Institutions, political economy, and adaptation. *Economic Geography*, 85(2), p. 129–150.

MARSHALL, A. (1890). *Principles of Economics*. London: Macmillan and Co.

MARTIN, R. (1999). The new ‘geographical turn’ in economics: Some critical reflections. *Cambridge Journal of Economics*, 23(1), p. 65–91.

MAURICE, M.; SELIER, F.; SILVESTRE, J-J. (1986). *The Social Foundations of Industrial Power: A Comparison of France and Germany*. Cambridge, MA: The MIT Press.

- MENDELL, M. (1994). Karl Polanyi and socialist education. In: McROBBIE, K. (ed.). *Humanity, Society, and Commitment: On Karl Polanyi*. Montre´al: Black Rose Books, p. 24–42.
- MIROWSKI, P. (1989). *More Heat than Light: Economics as Social Physics, Physics as Nature’s Economics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MIROWSKI, P. (2010). The great mortification: Economists’ responses to the crisis of 2007– (and counting). *The Hedgehog Review*, 12(2). Available at http://www.iasc-culture.org/publications_article_2010_Summer_mirowski.php.
- MOHN, K. (2010). Autism in economics? A second opinion. *Forum for Social Economics*, 39(2), p. 191–208.
- ONG, A. (2006). *Neoliberalism as Exception*. Durham, NC: Duke University Press.
- PECK, J. (2002). Labor, zapped/growth, restored? Three moments of neoliberal restructuring in the American labor market. *Journal of Economic Geography*, 2(2), p. 179–220.
- PECK, J. (2005). Economic sociologies in space. *Economic Geography*, 81(2), p. 129–175.
- PECK, J. (2010). *Constructions of Neoliberal Reason*. Oxford: Oxford University Press.
- PECK, J.; SHEPPARD, E. (2010). Worlds apart? Engaging with the World Development Report 2009: Reshaping Economic Geography. *Economic Geography*, 86(4), p. 331–340.
- PECK, J.; THEODORE, N. (2007). Variegated capitalism. *Progress in Human Geography*, 31(6), p. 731–772.
- PECK, J.; THEODORE, N. (2012). Follow the policy: A distended case approach. *Environment and Planning A*, 44(1), p. 21–30.
- PECK, J.; THEODORE, N.; BRENNER, N. (2010). Postneoliberalism and its malcontents. *Antipode*, 41(S1), p. 94–116.
- PLUMMER, P.; SHEPPARD, E. (2001). Must emancipatory economic geography be qualitative? *Antipode*, 30(2), p. 758–763.
- POLANYI, K. (1945). Universal capitalism or regional planning? *London Quarterly of World Affairs*, 10(3), p. 86–91.
- POLANYI, K. (1968 [1947]). Our obsolete market mentality. In: DALTON, G. (ed.). *Primitive, Archaic and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi*. Garden City, NY: Anchor Books, p. 59–77.
- POLANYI, K. (1977). *The Livelihood of Man*, edited by H. Pearson. New York: Academic Press.
- POLANYI, K. (2001 [1944]). *The Great Transformation*. Boston, MA: Beacon Press.

- POLLARD, J.; McEWAN, C.; LAURIE, N.; STENNING, A. (2009). Economic geography under postcolonial scrutiny. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 34(2), p. 137–142.
- RUGGIE, J. (1982). International regimes, transactions, and change: Embedded liberalism in the postwar economic order. *International Organization*, 36(2), p. 379–415.
- SAHLINS, M. D. (1976). *Culture and Practical Reason*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- SAMUELSON, P. A. (1948). *Economics: An Introductory Analysis*. New York: McGraw-Hill.
- SCOTT, A. J. (2000). Economic geography: The great half-century. *Cambridge Journal of Economics*, 24(4), p. 483–504.
- SCOTT, A. J. (2009). World Development Report 2009: Reshaping Economic Geography. *Journal of Economic Geography*, 9(4), p. 583–586.
- SHEPPARD, E. (2006). The economic geography project. In: BAGCHI-SEN, S.; LAWTON SMITH, H. (eds.), *Economic Geography: Past, Present, and Future*. Abingdon: Routledge, p. 11–23.
- SHEPPARD, E. (2011). Geographical political economy. *Journal of Economic Geography*, 11(2), p. 319–331.
- SILVER, B. J.; ARRIGHI, G. (2003). Polanyi's 'double movement': The belle époques of British and USA hegemony compared. *Politics and Society*, 31(2), p. 325–355.
- SMITH, A. (1776). *The Wealth of Nations*. London: W Strahan and T Cadell.
- SMITH, S. J.; MUNRO, M.; CHRISTIE, H. (2006). Performing (housing) markets. *Urban Studies*, 43(1), p. 81–98.
- STEINER, P. (2009). The critique of the economic point of view: Karl Polanyi and the Durkheimians. In: HANN, C.; HART, K. (eds.), *Market and Society: The Great Transformation Today*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 56–71.
- STIGLER, G. J. (1982). Economics: The imperial science? *Scandinavian Journal of Economics*, 86(3), p. 301–313.
- SUNLEY, P. (2008). Relational economic geography: A partial understanding or a new paradigm? *Economic Geography*, 84(1), p. 1–26.
- WILBUR, C. K.; JAMESON, K. P. (1983). *An Inquiry into the Poverty of Economics*. Notre Dame, IN: Notre Dame University Press.
- WILLIAMSON, O. E. (1975). *Markets and Hierarchies: Analysis and Antitrust Implications*. New York: Free Press.
- WORLD BANK (2009). *World Development Report 2009: Reshaping Economic Geography*. Washington, DC: World Bank.

WYLY, E. (2009). Strategic positivism. *Professional Geographer*, 61(3), p. 310–322.

YEATES, N. (2009). *Globalising Care Economies and Migrant Workers*: Explorations in Global Care Chains. Basingstoke: Palgrave.

YEUNG, H. (2005). Rethinking relational economic geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 30(1), p. 37–51.

ZELIZER, V. A. (2011). *Economic Lives*: How Culture Shapes the Economy. Princeton, NJ: Princeton University Press.